



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0024310-57.2012.8.26.0032

Registro: 2016.0000083907

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0024310-57.2012.8.26.0032, da Comarca de Araçatuba, em que é apelante FABRICIO DOS SANTOS PEREIRA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados LIANA APARECIDA YAMAZAKI (JUSTIÇA GRATUITA), MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A e SQUICATO E CIA LTDA.

ACORDAM, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), BONILHA FILHO E RENATO SARTORELLI.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016

ANTONIO NASCIMENTO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0024310-57.2012.8.26.0032

2ª Vara Cível da Comarca de Araçatuba/SP

Apelante: FABRICIO DOS SANTOS PEREIRA

Apelados: LIANA APARECIDA YAMAZAKI, MITSUI SUMITOMO
SEGUROS S/A E SQUICATO E CIA LTDA.

Magistrada: Drª. SÔNIA CAVALCANTE PESSOA

Voto nº 17161

ACIDENTE DE TRÂNSITO – COLISÃO -
CRUZAMENTO - Quem cruza via preferencial sem as
devidas cautelas, vindo a interceptar a trajetória de outro
veículo, causando-lhe danos, há de arcar com o pagamento
da indenização.
RECURSOS IMPROVIDOS.

A sentença de fls. 550/555,
complementada pela decisão dos embargos declaratórios de fls. 574, julgou
parcialmente procedente a ação de indenização ajuizada por **Liana
Aparecida Yamazaki** contra **Mitsui Sumitomo Seguros S/A, Squiçato e
Cia Ltda. e Fabricio dos Santos Ferreira**, condenando os réus, de forma
solidária, ao pagamento, em favor da autora, da quantia de R\$ 4.568,49,
corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora de 1%, desde a
data do desembolso; pensão mensal que deverá ser paga até o dia dez do
mês subsequente ao vencido, desde a data do óbito até a data em que a
vítima completaria 65 anos de idade, no valor correspondente a 2/3 do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0024310-57.2012.8.26.0032

salário mínimo federal, atualizadas e acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, assim como no pagamento da importância de R\$ 30.000,00, a título de danos morais, corrigida monetariamente a partir da data da prolação da sentença e juros de mora a partir da citação. Em consequência, condenou os réus ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação, observada a gratuidade de justiça concedida ao réu Fabricio.

Inconformado, o Fabricio recorre (fls. 581/593) pleiteando, preliminarmente, o conhecimento do agravo retido interposto contra a decisão que indeferiu a denunciação à lide (fls. 260/262). No mérito, sustenta ausência de nexo de causalidade entre o acidente e a morte da vítima. Sustenta que a vítima se encontrava trafegando em alta velocidade, contribuindo assim para acidente. Aduz, que a culpa pelo infortúnio é da empresa Camargo Diesel Araçatuba que possuía um veículo estacionado irregularmente no cruzamento onde ocorreu o acidente, dificultando a visão do réu. Pleiteia, por fim, a exclusão da indenização por lucros cessantes, ou, subsidiariamente, a redução do valor da indenização.

Recurso recebido, processado e contrarrazoado (fls.595/597).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0024310-57.2012.8.26.0032

Conhece-se do agravo retido de fls. 268/275, porquanto devidamente reiterado, nos termos do art. 523 do CPC. Todavia, a ele se nega provimento.

Com efeito, de acordo com as regras processuais, somente se defere a denunciação da lide –prevista no art. 70, III, do CPC - nos casos em que o terceiro ostenta a condição de garantidor, por disposição legal ou contratual, da relação jurídica formada entre autor e réu. Não é essa, efetivamente, a hipótese dos autos. Ademais, o deferimento da medida nessa fase processual somente desvirtuaria o instituto, uma vez que teria o condão de retardar a resolução da lide principal. Nada obstante, eventual direito do apelante poderá ser buscado pelas vias ordinárias.

Sustenta a autora, **Liana Aparecida Yamazaki**, que em 25/07/2012, seu marido, **Sueyuki Yamazaki**, trafegava com sua motocicleta, Honda/CG 125, de placa DKL 2460, pela Rua Benjamin Constant, no município de Araçatuba/SP, via preferencial, quando no cruzamento com a Rua Hermes da Fonseca foi abalroado pelo veículo Fiat Strada, de placas EVH 3322, de propriedade de Squiçato & Cia Ltda., naquela oportunidade conduzido por **Fabricio dos Santos Ferreira**, que, imprudentemente, invadiu a via preferencial, vindo a colidir com a motocicleta, causando o óbito da vítima.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0024310-57.2012.8.26.0032

O réu, por sua vez, relata que a culpa pelo acidente é do motociclista, que trafegava em alta velocidade.

Segundo relato do motorista do automóvel, constante no Boletim de Ocorrência: *“...trafegava com o veículo Fiat Strada, de cor branca, de placas EVH 3322 – Araçatuba/SP pela Rua Hermes da Fonseca, no sentido Cussy de Almeida – Aguapei, e no cruzamento com a Rua Benjamin Constant, reduziu a velocidade do veículo para observar o fluxo de veículos e como não avistou veículo algum, adentrou ao cruzamento, momento em que surgiu o motociclista por esta última rua, no sentido bairro – centro, e houve a colisão e do embate o motociclista foi ao solo sofrendo ferimentos.*

Outrossim, o exame necroscópico de fls. 28 concluiu que a morte da vítima foi consequência de traumatismo abdominal decorrente do acidente de trânsito sofrido.

Em hipóteses como a dos autos, quem cruza, com descautela, via preferencial, vindo a interceptar a trajetória de outro veículo, causando-lhe danos, há de ser compelido a ressarcí-los.

Em situação análoga entendeu o extinto 1º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0024310-57.2012.8.26.0032

‘RESPONSABILIDADE CIVIL - Acidente de trânsito - Cruzamento - Hipótese em que o réu, dirigindo veículo da co-ré, adentrou de forma imprudente em cruzamento de vias urbanas, colidindo com o veículo do autor que transitava em via preferencial, a qual não foi respeitada - Culpa comprovada - Ação julgada procedente - Recurso improvido.’¹

Incide na hipótese debatida os artigos 36 a 38 do Código Nacional de Trânsito, segundo os quais o condutor que for ingressar numa via, procedente de um lote lindeiro a essa via, deverá dar preferência aos veículos que por ela estejam transitando, respeitando as normas de preferência de passagem.

Por sua vez, o art. 44 do CTB, menciona que:

"Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência."

¹ Extinto 1º Tribunal de Alçada Civil - 11ª Câmara, Apelação nº 934.574-8 - Barueri – Rel. Juiz **Antonio Marson** - J. 8/2/2001.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0024310-57.2012.8.26.0032**

Daí a presunção de que a culpa no caso de acidente é do condutor que adentra na via principal, desrespeitando a preferência dos veículos que por ela transitam.

Ademais, o possível excesso de velocidade da motocicleta, alegado pelo apelante e não comprovado nos autos, não exclui a responsabilidade do condutor do veículo que cruza a via preferencial sem a necessária cautela.

Outrossim, em decorrência do acidente, a vítima veio a óbito.

Inafastável, portanto, o dever de os acionados indenizarem os danos materiais e morais sofridos pela autora.

Nos termos do art. 949 do Cód. Civil, *“no caso de lesão ou ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.”*

Assim, mostra-se correta a decisão de 1º grau que reconheceu o cabimento da pensão mensal à autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0024310-57.2012.8.26.0032

Sobreleva anotar orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça,² no sentido de fixar a indenização por morte, com pensão de 2/3 do salário percebido (ou o salário mínimo caso não exerça trabalho remunerado), pois 1/3 do salário seria destinado à subsistência da própria pessoa.³

Inexistem dúvidas de que a situação narrada causou, efetivamente, dissabores à autora, os quais ultrapassaram a barreira do mero aborrecimento, traduzindo-se em verdadeiro abalo moral.

O único desafio que resta enfrentar é o da quantificação da indenização. Quiçá a chave heurística para tanto pode ser encontrada na seguinte ementa de aresto do Superior Tribunal de Justiça:

“Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame

2 Nesse sentido: “Esta Corte tem firmado o entendimento de que ‘presumindo-se que a vítima teria de despendar parte de sua remuneração com gastos próprios, a pensão deve ser fixada em 2/3 da renda que auferia” (STJ – 4ª Turma – REsp 555.302/PR - Rel. Min. **Aldir Passarinho Junior** – J. 25/02/2004).

3 Nesse sentido opinou o *parquet*, em sua cota ministerial (fls. 323/331).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0024310-57.2012.8.26.0032

ssuportado."⁴

Desse modo, levando em consideração a gravidade e extensão dos danos, bem como a culpa do demandado e a capacidade econômica das partes, mostra-se adequada a quantia fixada na r. sentença (R\$ 30.000,00) montante razoável e suficiente para servir de conforto à parte ofendida, não se revelando exagerado ou desproporcional às peculiaridades da espécie.

Postas essas premissas, **nega-se provimento** ao agravo retido e à apelação, nos termos acima expostos.

Antonio (Benedito do) **Nascimento**
RELATOR

4 STJ – 4ª Turma – Resp 214.053/SP – Rel. Min. **Cesar Asfor Rocha** – J. 5/12/2000 – v.u.